

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.962 - RS (2014/0173655-4)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE : BRASIL TELECOM S/A**  
**ADVOGADOS : WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO - RS069412A**  
**MÔNICA GÓES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA -**  
**RS069411**  
**VALDEMIR ESCOBAR - RS079636**  
**TIAGNER PEREIRA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RS084328**  
**RECORRENTE : JUREMA DO ROSÁRIO TEIXEIRA**  
**RECORRENTE : JOÃO DANILO SANAGIOTTO**  
**RECORRENTE : OMAR JAIR PETRY**  
**RECORRENTE : RITA CRISTINA SCHONHORST**  
**RECORRENTE : LUCINDO AMELIO GIACOMELLO**  
**ADVOGADO : RODRIGO TONIAL E OUTRO(S) - RS063379**  
**RECORRIDO : OS MESMOS**

## EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TELECOM. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NECESSIDADE DE RETORNO DOS AUTOS PARA SUPRIR OMISSÃO CONFIGURADA. RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO.

## DECISÃO

Da leitura da minuta de agravo de instrumento, extrai-se que JUREMA DO ROSÁRIO TEIXEIRA E OUTROS (JUREMA E OUTROS) propuseram execução contra a BRASIL TELECOM S.A. (TELECOM), ora em fase de cumprimento de sentença.

O Juízo de primeira instância julgou parcialmente procedente a impugnação ao cumprimento de sentença apresentado pela TELECOM.

Irresignada, a TELECOM interpõe agravo de instrumento que foi parcialmente provida por decisão monocrática do relator para afastar a incidência dos juros sobre capital próprio e determinar que se proceda à conversão das ações pela cotação da data do efetivo pagamento (e-STJ, fls. 421/428).

O TJRS negou provimento ao agravo interno interposto por JUREMA E OUTROS estando o acórdão assim ementado:

*AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*BRASIL TELECOM. TÍTULO EXIGÍVEL.*

*O valor utilizado pela impugnada para o cálculo da retribuição acionária é o valor patrimonial na data da integralização, sob pena de ofensa à coisa julgada material.*

*JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO. Ausente determinação no comando da decisão que se pretende cumprir.*

*AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. UNANIME (e-STJ, fl. 469).*

O Tribunal Gaúcho também negou provimento ao agravo interno de TELECOM com a seguinte ementa:

*AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.*

*BRASIL TELECOM. TÍTULO EXIGÍVEL.*

*O valor utilizado pela impugnada para o cálculo da retribuição acionária é o valor patrimonial na data da integralização, sob pena de ofensa à coisa julgada material.*

*COTAÇÃO DAS AÇÕES. Data do efetivo pagamento.*

*CÔMPUTO DOS DIVIDENDOS. Matéria que não é objeto da decisão agravada.*

*JUROS DE MORA. Devidos. Conforme decisão que se pretende cumprir.*

*MULTA DO ART. 475-J, CAPUT, DO CPC. APLICÁVEL NA ESPÉCIE.*

*Segundo a lei processual civil, notadamente do art. 475-J, quando o devedor condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetuar no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II, desta lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação.*

*Desnecessária a intimação pessoal da parte para o cumprimento da sentença.*

*AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. UNÂNIME (e-STJ, fl. 478).*

Os embargos de declaração opostos pela TELECOM e por JUREMA E OUTROS foram rejeitados (e-STJ, fls. 512/517 e 735/739).

Irresignados, JUREMA E OUTROS interpuseram recurso especial, fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, alegando, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 183, 301, § 3º, 467, 468, 471, 473, 474, 475-G e 535, I e II, do CPC/73, sustentando (1) negativa de prestação jurisdicional, haja vista a omissão no aresto embargado no que tange aos dispositivos legais relativos aos institutos da coisa julgada e da preclusão relativa à juntada extemporânea de documentos – arts. 183, 301, § 3º, 467, 468, 471, 473, 474, 475-G, do CPC/73; e, (2) ofensa à coisa julgada e preclusão, diante

# Superior Tribunal de Justiça

do equívoco em relação ao valor utilizado nos cálculos (e-STJ, fls. 746/774).

Por sua vez, TELECOM interpôs recurso especial adesivo, fundado no art. 105, III, a, da CF, aduzindo violação dos arts. 475-J, 475-L, V, e 743, I, do CPC/73; 884 do CC/02; e, 170, § 1º, da Lei nº 6.404/76, sob os argumentos de que (1) o valor patrimonial da data da integralização deve ser aquele apurado no mês da integralização, devendo ser estendido aos casos de dobra acionária; (2) a multa é inexigível; e, (3) excesso de execução (e-STJ, fls. 798/821).

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 830/873).

Em juízo de admissibilidade os apelos nobres não foram admitidos (e-STJ, fls. 881/885), ascendendo os autos a esta Corte por via de agravos, que foram conhecidos para determinar a sua reautuação como recursos especiais (e-STJ, fl. 984).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

O recurso especial de TELECOM encontra-se prejudicado, diante do provimento do especial de JUREMA E OUTROS, no qual determinei o retorno dos autos ao Tribunal estadual para que analisasse a questão relativa à aplicação dos arts. 183, 301, § 3º, 467, 468, 471, 473, 474 e 475-G, do CPC/73.

Nessas condições, **JULGO PREJUDICADO** o recurso especial de TELECOM.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 07 de outubro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator